
EXTERMÍNIO DE JOVENS E NEOLIBERALISMO NA AMAZÔNIA PARAENSE

EXTERMINATION OF YOUNG PEOPLE AND NEOLIBERALISM IN THE AMAZON OF PARÁ

Jonas Guilherme Figueiredo da Trindade¹
Luis Fernando Cardoso Cardoso²

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: j.datrindade20@gmail.com

² Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: luiscardt@gmail.com

RESUMO: Este artigo é subsidiado por um estudo que investiga as consequências do neoliberalismo em Altamira (Pará), no contexto social da construção da Hidrelétrica de Belo Monte (2010-2016) e seu impacto na mortalidade juvenil da cidade. Com o auxílio da teoria e de diversas pesquisas que examinam o neoliberalismo contemporâneo, com análises de dados de bases nacionais e relatórios ambientais, foi observado que a elevação nos índices de violência e mortalidade entre os jovens de Altamira está vinculada a um modelo de governança pautado em uma racionalidade neoliberal que prioriza a maximização do capital em detrimento do valor da vida humana.

Palavras-chave: Segurança pública. Belo Monte. Mortalidade juvenil.

ABSTRACT: This article is supported by a study that investigates the consequences of neoliberalism in Altamira (Pará), in the social context of the construction of the Belo Monte Hydroelectric Dam (2010-2016) and its impact on youth mortality in the city. With the help of theory and various studies that examine contemporary neoliberalism, with analysis of data from national databases and environmental reports, it was observed that the increase in the rates of violence and mortality among young people in Altamira is linked to a governance model based on a neoliberal rationality that prioritizes the maximization of capital to the detriment of the value of human life.

Keywords: Public security. Belo Monte. Youth mortality.

Sumário: Introdução – 1 Faces neoliberais em Belo Monte: atratividade e abandono – 2 Atratividade, abandono e morte de jovens em Altamira/PA – 3 O discurso que legitima a morte juvenil – Considerações – Referências.

INTRODUÇÃO

O município de Altamira, no estado do Pará, experimentou intensa reorganização no seu espaço urbano e rural a partir de 2010, com o início das obras da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte. Fato que atraiu mais de noventa mil pessoas para a região em um curto período (2010-2015), intensificando diversas mazelas sociais. A implantação da hidrelétrica aumentou os conflitos sociais e o desemprego e elevou a taxa de homicídios – o que influiu diretamente na vida dos jovens da região do Xingu (Reis; Souza, 2016). A autorização da licença de instalação da UHE de Belo Monte, em 2010, foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e foi o marco inicial da implementação do empreendimento.

A exploração econômica aliada à violência deliberada na Amazônia, evidencia as influências neoliberais na gestão da população da região. As políticas públicas e de justiça criminal são consideradas impróprias segundo o modelo de desenvolvimento econômico neoliberal (Reis; Souza, 2016; Morais, 2019; Deluchey, 2019). Nesse sentido, argumenta-se que existe precarização em curso no modo de vida da população, sobretudo dos jovens de grandes e médias periferias, mais sensíveis às mudanças. Por não terem condições de participar desse novo momento, os jovens são considerados descartáveis (Deluchey, 2019).

A condição descartável da vida humana é fruto da atuação do poder econômico (neoliberal). A figura do humano descartável ou refugo subjaz à visão neoliberal, sendo um produto (dejeto) inevitável dos projetos implementados para o desenvolvimento do capitalismo (Bauman, 2005). No Brasil há uma suposta ordem que impõe o descarte humano; com a radicalização do imperativo econômico, cria-se uma sociedade sobre os “escombros de um controle social genocida” (Morais, 2019, p. 171).

Na Amazônia brasileira, isso ocorre de acordo com atuação específica neoliberal que, no intuito de atender o mercado, impõe novo modo de existência à população local. A imposição do novo modo de vida voltado para o mercado faz com que as pessoas sejam obrigadas a uma existência totalmente antinatural (Dardot; Laval, 2016). Esse debate está extensamente presente na agenda das pesquisas sobre as influências neoliberais na Amazônia. Porém, quando se fala de extermínio de jovens (enquanto fruto dessa influência neoliberal), a literatura limita-se a examinar o fenômeno como uma ação direta do Estado, que direciona para os jovens pobres da região seu poder soberano de matar (Mbembe, 2018).

Esses estudos geralmente analisam ações de controle da população por meios repressivos: polícia, grupos de extermínio e milícias, além da própria propagação do discurso que legitima a morte (Morais, 2019). Contudo, diferentemente disso, neste artigo propõe-se examinar o extermínio de jovens em Altamira a partir da ausência intencional movida por razão governamental neoliberal (Deluchey, 2019) gerando crises sistemáticas em Altamira, causada pelo capital que implementou o empreendimento de Belo Monte.

Essa ausência ou abandono que leva à morte é um mecanismo de apagamento social que foi analisado por Foucault com a máxima “deixar morrer”, e

tem *modus operandi* diferente da ação direta. De fato, esse mecanismo carrega consigo a perspectiva de controlar o modo como as pessoas vivem, para que elas atinjam o que o governo considera ser um estado ideal de existência. Assim, nesse novo modo de existência, os inaptos ou inúteis são descartados ou eliminados por meio de um cálculo econômico que visa distinguir os merecedores da vida daqueles a quem se permite “deixar morrer” (Foucault, 1987, p. 303).

Diante disso, o objetivo do estudo foi investigar a relação entre o método de abandono neoliberal na Amazônia e o aumento dos casos de extermínio de jovens na periferia da cidade de Altamira/PA, como fruto do ‘deixar morrer’. Para alcançar a finalidade da pesquisa, analisou-se dados sobre homicídios, desemprego, criminalidade, escolaridade e desigualdade, seguindo os princípios metodológicos propostos por King, Keohane; Verba (1994).

Importa ressaltar que os dados coincidem com a existência de extermínio sistemático da juventude em Altamira. Esse fenômeno foi constatado ao ser analisado os dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (SEGUP/PA). Assim como, os dados do Sistema Integrado de Segurança Pública do Pará (SISP/PA) e da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal do Pará (SIAC/PA) que apontam o crescimento do número de homicídios no período de construção da UHE de Belo Monte.

Com relação à organização do artigo, em um primeiro momento, discutem-se as estratégias neoliberais utilizadas na viabilização da construção do empreendimento de Belo Monte, revelando as duas faces neoliberais na Amazônia - atratividade e abandono, posteriormente, apresentam-se os índices de mortalidade dos jovens em Altamira e seu vínculo com a política de morte (necropolítica) imposta para região (Deluchey; Santos, 2019). Trata-se, por conseguinte, de aspectos específicos das vítimas de homicídio local: idade, raça e escolaridade. A finalidade é verificar se, de fato, há um padrão no que tange às vítimas do extermínio e sua relação com os aparatos coercitivos do Estado.

1 FACES NEOLIBERAIS EM BELO MONTE: ATRATIVIDADE E ABANDONO

Localizada na região Centro-Sul do estado do Pará, a aproximadamente 2 km da rodovia Transamazônica, Altamira é banhada pelo rio Xingu e considerada a principal cidade da região. O município é conhecido pela sua diversidade

socioambiental, sendo objeto de inúmeros estudos acadêmicos devido às consequências da construção da UHE de Belo Monte.

Nos últimos vinte anos, a cidade de Altamira vivenciou crescimento acelerado e desorganizado, como aponta o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de Belo Monte (Eletrobrás; Ministério de Minas e Energia, 2009). Bairros cresceram ao longo das margens dos rios Altamira e Ambé, acompanhando o momento pelo qual passou a cidade. Em 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou a população em cerca de 113.195 habitantes.

Altamira é o maior município do Brasil em termos de extensão territorial, abrangendo área de 159.533,328 km², e é lar de diversos povos tradicionais e originários, incluindo quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, agricultores familiares e extrativistas de variadas especialidades. Existe a presença marcante dos indígenas Juruna de Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e outros povos da Trincheira-Bacajá, que enriquecem ainda mais a diversidade sociocultural local. Esses povos apresentam diferentes graus de dependência com o rio Xingu e, conseqüentemente, foram afetados de maneiras distintas pelo empreendimento hidrelétrico. Como explica um de seus moradores, em uma entrevista a constante no RIMA da UHE de Belo Monte.

Aqui se pode ver a riqueza que circula nas mãos dos grandes fazendeiros, nas mãos dos madeireiros, pode-se ver a pobreza da vida dos que aqui chegaram em busca de oportunidade, mas aqui permaneceram, ou naqueles que vieram como colonos e não conseguiram se manter [...]. Aqui se pode conhecer a violência mais impressionante, mas também a simplicidade mais tocante na vida dos ribeirinhos que vêm à cidade, movimentam as feiras, o comércio e depois somem nas águas do Xingu (Leme Engenharia, 2009 *apud* Eletrobrás; Ministério de Minas e Energia, 2009, p. 73).

Nesse contexto, a construção da UHE de Belo Monte simboliza a expansão do capital na região onde está localizada Altamira (Fainguelernt, 2016). Esse empreendimento atraiu grande contingente populacional, que excedeu a capacidade da infraestrutura de serviços públicos locais. Essa sobrecarga intensificou os conflitos preexistentes, impôs novas dinâmicas às relações sociais locais e criou condições propícias ao extermínio da juventude (Deluchey, 2019).

Neste sentido, há um projeto de poder em andamento na Amazônia, orientado pelo mercado e destina a moldar os habitantes da região conforme as

demandas mercadológicas (Morais, 2019). Tal modelagem ou instrumentalização desses povos reflete o modelo neoliberal de existência (Dardot; Laval, 2016), no qual aqueles considerados inúteis estão constantemente expostos à violência e, em última instância, podem ser neutralizados ou eliminados por meio do extermínio. Neste sentido Deluchey (2019) denuncia que

Os alvos dessa violência estão dispersos por todo o território amazônico, abrangendo as áreas rurais e urbanas, tendo como consequências mais graves o processo de apagamento de formas modernas e tradicionais de vida na Amazônia tais como, por exemplo, a invasão de terras indígenas, a repressão/mercantilização dos saberes tradicionais, o encarceramento em massa, e o “extermínio” da juventude popular na periferia das cidades (Deluchey, 2019, p. 24).

Portanto, extermínio vai além de uma ação direta, pois "o fato de expor à morte, de multiplicar riscos de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição" (Lacerda; Rocha, 2018, p. 161) refletem o extermínio. Ao analisar o extermínio na região Amazônica a partir de um enfoque neoliberal, Deluchey (2019) faz uma analogia com o deus Janus da mitologia romana. Assim, a política de morte local em curso tem duas faces consagradas: a da vida e a da morte. O rosto do medo e da morte se esconde atrás do rosto belo e jovial com o qual se apresenta o neoliberalismo. Isso evidencia uma estratégia neoliberal aplicada na Amazônia, que inicialmente viabilizou a obra da UHE de Belo Monte e posteriormente expôs a região ao abandono.

Essa perspectiva simbólica ajuda a entender quem são os atores por trás da face neoliberal do empreendimento. Não se trata especificamente do Estado nem de governantes democraticamente eleitos, mas de um conjunto de medidas e políticas adotadas pelos governos que visam servir ao mercado (investidores externos, empresas estrangeiras e nacionais) e que buscam incessantemente o lucro e a concentração de renda, utilizando como método para a viabilização do empreendimento o uso da retórica de desenvolvimento regional e nacional (face da vida), sobrando apenas o abandono local (face da morte).

Os diversos segmentos sociais (ambientalistas, pesquisadores e parte da população afetada) sempre alertaram que o empreendimento Belo Monte provocaria grandes transformações socioambientais, impactando comunidades

tradicionais amazônicas e o próprio meio ambiente (Reis; Souza, 2015). Para se contrapor a esse discurso, que poderia resultar na inviabilidade da construção da obra, atores vinculados ao capital (investidores externos, bancos, parlamentares e agentes políticos) recorreram enfaticamente à ideia de desenvolvimento regional e de independência energética no Brasil.

Os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia sempre mantiveram estreita relação com o capital privado externo e interno (Fainguelernt, 2016). Portanto, há forte disposição neoliberal para explorar os recursos naturais na região, inclusive considerando os capitais externos investidos nos empreendimentos. A UHE de Belo Monte exigiu grandes investimentos privados e a expectativa de receber e de movimentar esse capital sempre marcou sua implementação e sua construção (Reis; Souza, 2015).

Apesar da grande diversidade de provas de inviabilidade socioambiental apontadas por inúmeros estudos e relatórios (Reis; Souza, 2015), a obra foi executada. Suas turbinas passaram a operar parcialmente a partir de 2016. Para viabilizar o empreendimento, estabeleceu-se a estratégia ligada à retórica de desenvolvimento regional e nacional. Esse argumento ‘desenvolvimentista’, que defendia a construção da UHE de Belo Monte, segundo o Instituto Socioambiental (ISA), foi difundido não apenas localmente, mas, nacionalmente (ISA, 2015).

Na construção de grandes hidrelétricas na Amazônia, aplica-se repetidamente o método neoliberal, que “desrespeita a legislação ambiental brasileira e os direitos das populações tradicionais locais” (indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores), considerados “entraves” ao desenvolvimento nacional (Fainguelernt, 2016, p. 259). Outra estratégia adotada pelo Governo Federal, para viabilizar a instalação de megaempreendimentos, como as hidrelétricas é a ‘federalização’ das áreas pertencentes aos estados brasileiros (Santos; et al, 2013).

A estratégia de federalização da área onde foi construída a UHE de Belo Monte, insere-se nas políticas adotadas pelo Governo Federal da época a pretexto de garantir o desenvolvimento regional e nacional e a independência energética (Reis; Souza, 2016). Considerando o exposto, pode-se afirmar que as estratégias neoliberais implementadas na área de Belo Monte se efetivaram em duas fases distintas: antes da construção e da operação da UHE (2009-2015) e após a construção do empreendimento (a partir de 2016).

O período que antecedeu a construção e a operação da UHE foi marcado pela inauguração da obra e pelas promessas de desenvolvimento regional e nacional, propagadas por diversos meios de comunicação. O Governo Federal prometia, por exemplo, a criação de empregos, a oferta de moradias dignas, o fomento do desenvolvimento humano local e a expansão de projetos ligados à saúde, à segurança pública e ao saneamento.

O período que se seguiu à construção do empreendimento, caracteriza-se pela inação deliberada do Estado. Nesse momento, tornam-se evidentes os problemas e desafios decorrentes da UHE, como: desemprego, aumento da violência e da prostituição, crescimento de facções criminosas, agravamento das desigualdades e o empobrecimento local. Esses problemas contrastam com as promessas iniciais, ficando evidente a necessidade de se analisar criticamente os impactos e as consequências de empreendimentos dessa magnitude.

Portanto, é fundamental destacar que as estratégias inicialmente adotadas na construção da UHE tinham como objetivo principal viabilizar a obra, culminando no domínio neoliberal na região de Belo Monte. A outra estratégia neoliberal de concentração de renda se relaciona ao abandono local. Ressalta-se que isso já era sinalizado por estudos e pesquisas sobre Belo Monte, bem antes do início das obras (Reis; Souza, 2016). Assim, o RIMA de Belo Monte, ao prever os impactos na cidade de Altamira, demonstrou legítima preocupação com possível abandono do local pelo poder público federal e estadual após a conclusão da obra, como a seguir é demonstrado.

Por ser a maior cidade da região onde será implantado o AHE Belo Monte, a cidade de Altamira deverá sofrer grandes impactos com a construção do empreendimento, principalmente com a chegada de imigrantes em busca de oportunidades de emprego e renda [...]. Assim, pessoas pobres, marginalizadas podem vir a sofrer mazelas sociais ainda não vividas por elas devido à possível existência de distúrbios sociais relevantes caso não haja empenho do poder público em solucioná-las (Eletrobrás; Ministério de Minas e Energia, 2009, p. 47).

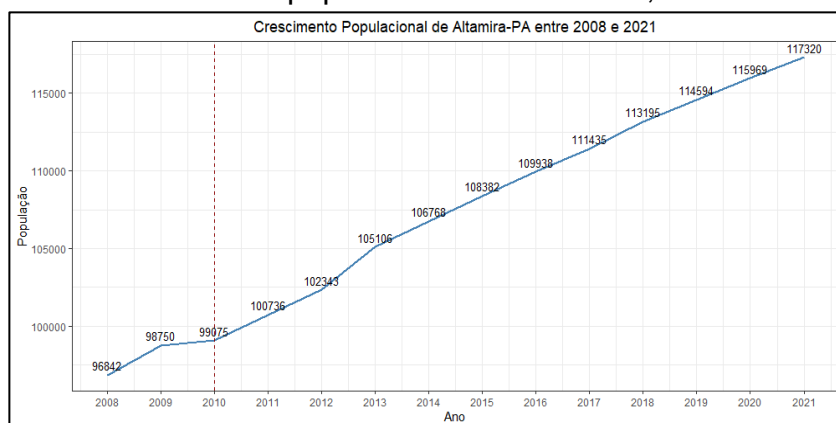
A falta de acesso a serviços básicos de saúde, educação, segurança, moradia e trabalho e a falta de políticas públicas fazem parte desse abandono, efeito de uma escolha cuidadosamente calculada do que Foucault (1982) chamou “abandono de capital”. O pensador francês explica que esse abandono é uma forma

de poder “não interventivo” (Foucault, 1982, p. 220). As entidades com poder optam por não interferirem diretamente na vida dos indivíduos, mas reiteradamente os induzem a se autorregular. Assim, ele explica que esse poder não é a violência em si, é, portanto, uma estrutura de ações que induz, incita, seduz, facilita ou potencializa a violência. É sempre um modo de agir ou de ser capaz de agir, um conjunto de ações sobre outras ações.

2 ATRATIVIDADE, ABANDONO E MORTE DE JOVENS EM ALTAMIRA/PA

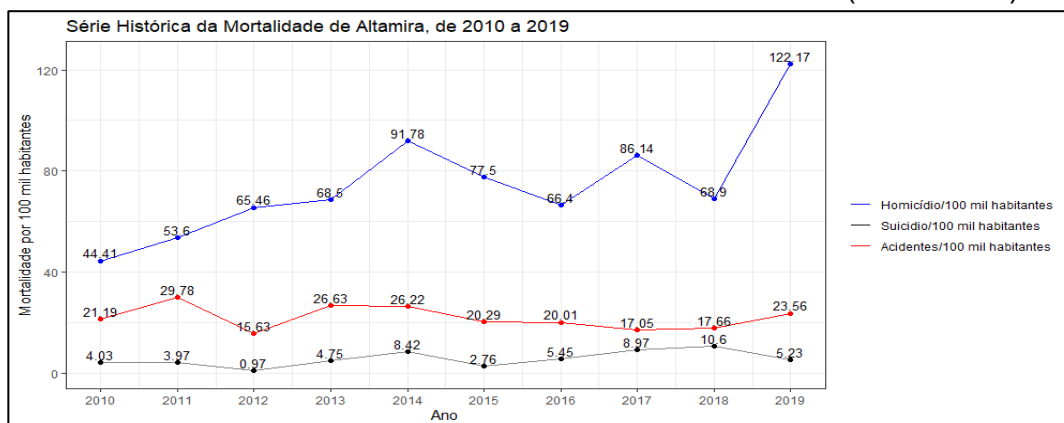
A primeira estratégia neoliberal de viabilização de Belo Monte relativa à atratividade local pode ser confirmada com a imigração populacional para Altamira, que aumentou significativamente antes do início da construção da hidrelétrica. Essa tendência pode ser compreendida com o auxílio do Gráfico 1, onde, verifica-se que os dados evidenciam intenso aumento populacional no período de 2010 a 2021.

Gráfico 1 - Crescimento populacional em Altamira, entre 2008 e 2021



Fonte: Norte Energia S.A (2016).

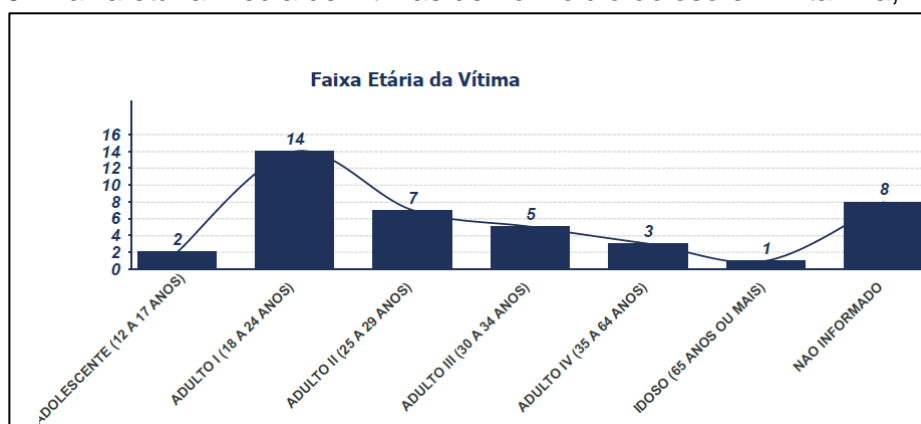
O Gráfico 1 mostra que o relatório interno da Norte Energia (NESA) projetou uma curva ascendente entre 2010 e 2016 para a população, que passou de 99.075 para 109.938 habitantes no período de 2008 a 2021, o que representa potencial significativo de impacto para a região. Com esse abrupto crescimento populacional, passou-se a verificar o espectro de mortalidade local, o qual se relaciona com a perspectiva de abandono da localidade, como mostra o Gráfico 2. Observa-se que, em comparação com outras causas, o número de homicídios em Altamira apresenta tendência crescente, a partir de 2010. Das três causas apontadas, a que mais cresceu foi o homicídio por 100 mil habitantes e o seu ápice ocorreu em 2019.

Gráfico 2 - Série histórica de mortalidade em Altamira (2010-2019)

Fonte: DATASUS (2020).

O aumento da violência na cidade coincide com o início da construção da usina e a chegada dos trabalhadores à cidade. Entretanto, pondera-se que como a violência tem aumentado em diversas regiões do país, inclusive onde não há obras de infraestrutura em andamento, pode não haver uma relação de causalidade direta entre Belo Monte e o crescimento da violência (Grisotti, 2016).

É importante ressaltar que os dados estatísticos apresentados são atualizados, porém não abordam a faixa etária das vítimas ou dos agressores envolvidos em casos de homicídio. Dessa forma, a análise dessas séries históricas deve ser complementada pelas informações obtidas no SISP/PA e na SIAC/PA. Esses dados revelam que, entre 2010 e 2021, a maior taxa de vítimas de homicídios dolosos em Altamira corresponde aos jovens entre 18 e 25 anos. Neste contexto, os jovens são as maiores vítimas da violência em Altamira e os dados do Gráfico 3, demonstram essa situação.

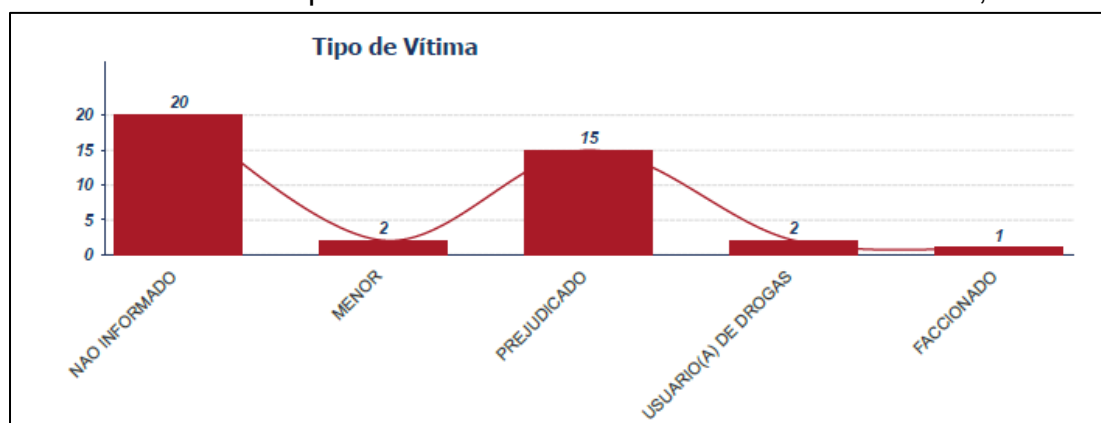
Gráfico 3 - Faixa etária média de vítimas de homicídio doloso em Altamira, 2013-2021

Fonte: SEGUP/PA (2022).

Os dados do Gráfico 3 foram retirados do relatório do Centro de Apoio Operacional Criminal da Procuradoria-Geral de Justiça do Pará, que se baseou em fontes primárias do SISP/PA e da SIAC/PA. O documento estima a média de homicídios entre 2013 e 2021, revelando que os jovens de 18 a 24 anos constituem as vítimas mais frequentes de homicídios dolosos em Altamira/PA. É importante destacar que esses números consideram crimes registrados decorrentes de diversas causas relacionadas à violência interpessoal.

Destaca-se, que no Brasil, de acordo com informações contidas no Atlas da violência, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2021, a média, de vítimas de homicídios dolosos de jovens entre 15 e 29 anos, foi aproximadamente 57,8%. Portanto, os homicídios de jovens em Altamira seguem o padrão nacional, com as mais altas taxas. Porém, ao cruzar os dados do Gráfico 3 com os do Gráfico 1, verificar-se-á que essas mortes foram potencializadas nos períodos demonstrados. Dessa forma, a política de morte atuante no local alcança menores de idade, jovens ligados a facções e usuários de drogas (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Média dos tipos de vítimas de homicídio doloso em Altamira, 2013-2021



Fonte: SEGUP/PA (2022).

Segundo o Dossiê Belo Monte (ISA, 2015), as causas desses homicídios são fatores como a atuação hostil da força policial, a ação de grupos armados ligados ao Estado (milícias), facções criminosas, acirramento de desavenças entre parentes, além do aumento da criminalidade na região após a chegada da UHE de Belo Monte.

A omissão intencional do Estado em resolver, de forma eficaz, a crise social em Altamira levou muitos jovens à morte. Não se está expondo aqui a total inoperância do Estado, mas importa analisar a reduzida ou a ausência de efetividade em suas ações. Ressalta-se que, desde a construção da UHE de Belo Monte até seu funcionamento integral (de 2010 a 2021), houve aumento de repasses da união para a cidade de Altamira, conforme consta no portal da transparência do Governo Federal.

Analisando os dados disponíveis no portal da transparência é possível inferir que houve acréscimo de recursos repassados pela União ao município. No período entre 2010 e 2015 o valor foi de R\$ 65.748.080,86, enquanto, no período de 2016 a 2021, foi de R\$ 184.346.181,33, o que corresponde a um acréscimo de cerca de 185% nos repasses gerais.

Excluídos os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e outros recursos impositivos, como os do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Previdência Social. Esses repasses da União para o município foram insuficientes para ajustar os serviços públicos essenciais locais e acompanhar o crescimento repentino da população e as novas necessidades do local.

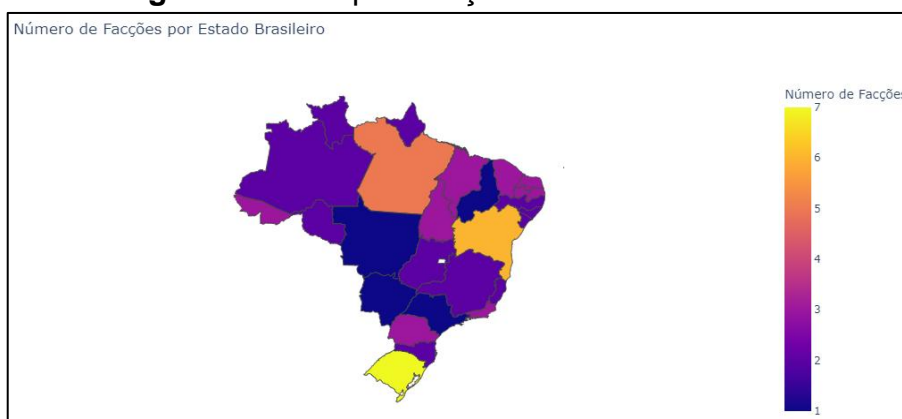
3 O DISCURSO QUE LEGITIMA A MORTE JUVENIL

A criminalidade em Altamira é algo delicado e relevante para se entender o apagamento de jovens. A delicadeza da questão se deve àquilo que a literatura denomina de discursos que matam, uma espécie de juízo de valor que se faz acerca dos jovens ligados às atividades criminosas, o qual leva a justificação e desvalorização de sua morte. Ao se propagarem esses discursos, nos meios e instâncias sociais e nos aparatos estatais de controle (polícia, justiça, segurança pública), impulsionam a legitimação da mortalidade juvenil (Morais, 2019).

Contudo, não se pode deixar de mencionar que muitos homicídios de jovens em Altamira relacionam-se com o aumento da atividade de facções criminosas na região (no período em análise) e dos conflitos entre esses grupos. Nesse sentido, a metodologia adotada nesta investigação permite reler como resultado desse abandono (deixar morrer) alguns dados do FBSP (2018) que apontam a explosão das facções em Altamira, a partir de 2016.

A Figura 1 mostra a quantidade de facções criminosas por estado no Brasil. Foram considerados os 26 estados brasileiros e a exceção foi o Distrito Federal. Percebe-se que, em todos os estados brasileiros, há pelo menos uma facção criminosa. Os três estados que mais possuem facções criminosas atuando em seu cinco). As facções presentes no estado paraense são: Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV), Bonde dos 30, Comando Classe A e União do Norte (Anuário Brasileiro de Segurança Pública - FBSP, 2018).

Figura 1 - Principais facções e onde elas atuam



Fonte: FBSP (2018).

No quadro biogovernamental na Amazônia e no Brasil, a política do encarceramento em massa funciona plenamente (Deluchey, 2019). O encarceramento em massa da população assume a função de 'neutralizar' as pessoas abjetas da ordem neoliberal-capitalista. Assim, embora não seja o objetivo desta pesquisa discorrer sobre facções criminosas e a situação carcerária no Pará, é interessante observar que, no estado do Pará, as facções criminosas têm atuado com maior preponderância. E a área mais atingida, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2018), é a região do Xingu, onde se localiza a UHE de Belo Monte, mais precisamente no interior do sistema penitenciário instalado no local. A esse respeito, Herculano (2020) explica:

O que há em comum entre todos esses massacres é a luta pelo domínio das facções criminosas dentro dos presídios do Norte e Nordeste evidenciada pelo modus operandi similar. A decapitação dos rivais, tão comuns nesses massacres, é um símbolo de dominação e força das facções sobre os seus inimigos, por isso está presente em todas as rebeliões (Herculano, 2020, p. 125).

A autora refere-se ao massacre ocorrido em 2019 na penitenciária de Altamira, o qual tomou notoriedade nacional pela crueldade das mortes de 58 detentos devido a conflitos entre facções. Membros da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) atribuíram o massacre ao alto índice de violência e de criminalidade local, tendo registrado em seu relatório que

[...] o índice de violência e criminalidade local começou a crescer quando se estabeleceu naquela cidade o Projeto da Hidrelétrica de Belo Monte, que apesar de trazer melhorias para cidade, trouxe também efeitos colaterais devastadores para sociedade, como o tráfico de drogas com crescimento desenfreado, desencadeando o encarceramento e marginalização da juventude, principalmente negra e periférica (mais vulnerável). Ressaltaram ainda haver carência de políticas públicas de combate a esse sistema que vulnerabiliza a juventude local e, ainda, há receio da 'herança' que o projeto deixou para a população local (ALEPA, 2019, p. 8-9).

Em seu Relatório final, além de narrar com detalhes a morte das 58 pessoas custodiadas na cadeia pública de Altamira, a ALEPA deu algumas informações sobre a situação carcerária no Pará, evidenciando as péssimas condições provocadas tanto pela superpopulação carcerária quanto pela precariedade da infraestrutura dos estabelecimentos prisionais. Há, portanto, problemáticas relacionadas ao cárcere e o volume de presos em Altamira aumentou substancialmente com o projeto da UHE de Belo Monte. De fato, o município sofreu com um súbito aumento de custodiados, fato que não ocorreu em outras penitenciárias estaduais.

Analisando a situação dos jovens ante a violência no Brasil, deve-se ressaltar que o desemprego, o *déficit* educacional e as desigualdades sociais são fatores que concorrem para que os jovens entrem na criminalidade. Além disso, em Altamira, há o abandono sistemático da localidade em várias frentes (Waiselfisz, 2014, p. 185). O Dossiê Belo Monte, elaborado pelo ISA denuncia que

Inúmeros são os relatos de aumento de casos de depressão entre as mulheres, de violência doméstica, de desconstrução de núcleos familiares, do acirramento de desavenças entre parentes, sem mencionar o aumento da criminalidade, tudo consequência direta do desmantelamento dos aparatos sociais (ISA, 2015, p. 107).

Por isso, é possível afirmar que a atitude calculadamente omissiva em curso em Altamira é crucial para a existência de chacinas, homicídios, violências e o próprio extermínio de jovens de periferia. Nesse sentido, não apenas a atividade das facções ou o cárcere em si, mas também, a falta de resolução dessa crise sistêmica local gera a morte. Não há lucro em solver essa crise, pelo contrário, seria dispendioso do ponto de vista do mercado.

As causas de mortes violentas de jovens em Altamira e o perfil das vítimas são importantes neste estudo. Traçar corretamente o perfil daqueles que estão na posição de agressores ou daqueles que sucumbem às práticas de extermínio em Altamira, seja pela violência direta, seja pela sua ausência, não é tarefa fácil, pois não basta dizer que somente agentes de segurança pública ou pessoas ligadas às facções (ou criminosos em geral) são agressores, enquanto a população 'jovem' está sendo vítima. São complexas as relações sociais em uma região em que já havia diversidade étnica e a construção de Belo Monte acentuou a heterogeneidade populacional (Eletrobrás; Ministério de Minas e Energia, 2009).

Da mesma forma, quando se discutem as causas gerais dos homicídios, é difícil determinar um perfil específico de vítimas, dada a ampla variedade de circunstâncias em que tais situações ocorrem. No entanto, quando se trata de casos de extermínio, os jovens entre 15 e 29 anos são os mais afetados pela violência, de acordo com o relatório do FBSP sobre a vulnerabilidade juvenil no Brasil, publicado em 2018.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2018), nos homicídios decorrentes de intervenção policial, a maioria das vítimas da letalidade policial é constituída de homens, padrão que se repete historicamente. Chama a atenção, contudo, o percentual de mulheres entre as vítimas, o qual saltou de 0,8%, em 2019, para 1,6%, em 2020 (FBSP, 2018).

A Tabela 1 demonstra a posição da mortalidade juvenil nos municípios do Brasil. Altamira fica na 17ª posição quando contados os anos de 2009, 2010 e 2011, um dos índices mais altos do país. Já em 2015, segundo o índice de vulnerabilidade juvenil (2017), Altamira ficou em 2º lugar, o que demonstra a grande vulnerabilidade dos jovens ante a violência no município.

Tabela 1 - Índice de vulnerabilidade juvenil

Município	UF	População de 15 a 29 anos	Homicídio de jovens de 15 a 29 anos			Taxa 2011	Posição
			2009	2010	2011		
Cabedelo	Paraíba	5.675	9	11	2019	334,8	1 ^a
Almirante Tamandaré	Paraná	9.147	13	10	22	240,5	2 ^a
Arapiraca	Alagoas	19.473	33	47	46	236,2	3 ^a
Santa Rita	Paraíba	10.829	9	15	25	230,9	4 ^a
...
Altamira	Pará	9.792	8	9	16	163,4	17 ^a

Fonte: IPEA (2019).

Assim, de acordo com a análise da mortalidade de jovens nos municípios, em 2011, houve crescimento abrupto das taxas de homicídio juvenil em Altamira (Tabela 1). Outra importante constatação é que a maior parte desses homicídios são jovens oriundos de periferias, em sua maioria negros e pobres.

Outro dado importante nesta pesquisa é a constatação relacionada a origem, raça e classe econômica do jovem alvo da mortalidade. É extremamente importante observar a raça das vítimas jovens do apagamento em Altamira. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020), de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. Os negros têm 23,5% mais chances de serem assassinados do que brasileiros de outras raças, já descontados os efeitos de idade, escolaridade, sexo, estado civil e bairro de residência. Assim, os homicídios decorrentes de intervenção das forças policiais na população brasileira negra em comparação com a população branca são expressamente maiores.

Quando se analisa especificamente a região de Altamira, observa-se que os índices são semelhantes aos do Brasil, pois há grande incidência de mortalidade no perfil negros, pobres e jovens (de 15 a 34 anos) e homens. No que tange especificamente ao município de Altamira, não há dados quantitativos específicos relativos à raça ou à cor dos indivíduos vítimas de homicídios no local, porém, qualitativamente, existem inúmeros relatos registrados no Dossiê Belo Monte (ISA, 2015), no Atlas da violência (2019) e em relatórios institucionais, como o da ALEPA (2019) e do Ministério Público Estadual do Pará (2019).

Vários movimentos sociais, levantaram-se contra o morticínio de jovens negros em Altamira. Em junho de 2018, o Fundo Brasil fez uma visita de

monitoramento ao Centro de Formação da Negra e do Negro da Transamazônica e Xingu (CFNTX), o intuito foi debater o projeto chamado 'A carne mais barata vendida no mercado é a negra'. Na ocasião, foram denunciados a tortura, o extermínio e a prisão arbitrária de jovens negros no contexto dos grandes projetos do capitalismo na Amazônia. O Fundo Brasil é uma fundação independente, sem fins lucrativos e é um elo entre doadores e organizações locais. Oferece apoio financeiro e técnico a essas organizações, para viabilizar projetos de defesa e promoção de direitos humanos.

Esses projetos desenvolvidos pelo Movimento Negro de Altamira e pelo movimento Xingu vivo para sempre debateram abertamente a questão do extermínio de jovens negros no município. Recolheram inúmeros relatos de familiares sobre jovens negros que foram mortos ou torturados pelas polícias locais (Polícia Militar e Polícia Civil) explicaram que não é normal executar jovens porque são negros, pobres e moram na periferia. Assim, quando se aprofunda o contexto da morte juvenil, sobretudo quando se fala de negros e pobres, não há como não falar da atuação do necropoder. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado (Mbembe, 2019).

CONSIDERAÇÕES

Com base na metodologia utilizada, conclui-se que a situação de Altamira sinaliza uma política de morte (necropolítica) que ceifa vidas constantemente. Isso revela a existência da relação de poder neoliberal na região, que prioriza as leis do mercado em detrimento das necessidades locais. Essa influência neoliberal calcula o valor da vida em termos de sua utilidade social. Assim, a partir da construção teórica da pesquisa e dos dados demonstrados, pode-se afirmar que os fenômenos ligados à violência, inclusive o extermínio de jovens da periferia em Altamira é relevante e intrigante, são exemplos da razão neoliberal aplicada na Amazônia, ligada a omissão que fatalmente tem ocasionado as altas taxas de morte no município. Pode-se entender essa ausência intencional como fruto de uma escolha racional 'deixar morrer'.

Nesse sentido, os dados sugerem que os altos índices de violência, inclusive com o surgimento e a expansão de facções, a precariedade de serviços

públicos essenciais, além dos índices de desigualdade de emprego e renda, decorre da omissão estatal. Em cálculo neoliberal de custos e benefícios, é evidente que seria menos custoso ao Estado ‘não agir’ para minimizar os graves problemas sociais causados por Belo Monte do que ‘agir’ e solucionar a crise.

O ponto de vista central desta pesquisa é que essa prática neoliberal (cálculo de custos e benefícios) alimenta o necropoder, isto é, o poder de escolha entre a vida e a morte de cidadãos. De fato, no cálculo neoliberal, eliminar vidas ou simplesmente deixar que se desvançam é bem menos custoso do que dar assistência ou dignidade às pessoas. Assim, elimina-se aquele que não representa uma peça na engrenagem perfeita no mercado e preserva aquele que o é.

Além disso, ficou demonstrado ao longo da pesquisa que, na perspectiva neoliberal, existem inúmeras práticas que dizem respeito à necropolítica, práticas manifestadas por meio da ação do Estado (violência policial, miliciana, violência no cárcere e demais abusos de autoridades que levam à morte por meio da omissão do Estado), assim, também, com a precariedade do sistema de saúde pública, do sistema de segurança pública, falta de saneamento básico, além da falta de políticas para combater problemas sociais, como desemprego, baixo nível educacional e desigualdades sociais.

Isso posto, a conclusão mais tangível e mais precisa que se pode depreender de toda esta pesquisa é que os altos índices de violência ou morte violenta entre os jovens de Altamira, assim como os graves problemas sociais na região, devem-se a racionalidade neoliberal que fez o Estado omitir-se socialmente, pois deliberadamente, o Estado deixou de cumprir seu papel de prevenção social e de minoração dos impactos provocados pela UHE de Belo Monte, porque os custos disso seriam bem superiores aos benefícios (cálculo neoliberal).

REFERÊNCIAS

ALEPA. **Assembleia Legislativa do Pará**. Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. Relatório final: mortes de presos no Centro de Recuperação Regional de Altamira – CRRRA. Belém, 2019. Disponível em: https://alepa.pa.gov.br/midias/anexos/97_relatorio_e_recomendacoes_-_sistema_pentenciario_para_-_cdhdc_alepa_2019.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

ALTAMIRA. **Prefeitura Municipal de Altamira**. Balanço anual. Disponível em: <https://altamira.pa.gov.br/portal-da-transparencia/balanco-anual/>. Acesso em: 10 abr. 2023

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DATASUS. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/obt10br.def>. Acesso em: 10 ago. 2023.

DELUCHEY, J-F. Y; SANTOS, A. L. P dos. O governo da vida que “não vale nada”: capital humano e extermínio na Amazônia. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 27, n. 157, p. 287-316, jul. 2019.

DELUCHEY, J-F. Y. **Biopolítica e morte no Brasil**: o extermínio da juventude negra (ultra)periférica na Amazônia. Relatório de pesquisa. Belém: Universidade Federal do Pará, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/41285278/Biopol%C3%ADtica_e_Morte_no_Brasil_O_Exterm%C3%ADnio_da_juventude_negra_ultra_perif%C3%A9rica_na_Amaz%C3%B4nia. Acesso em: 10 ago. 2023.

Eletrobrás; Ministério de Minas e energia. **Rima**: Relatório de Impacto Ambiental: Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Maio 2009. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BM/DocsOf/RIMA-09/Rima_AHE%20Belo%20Monte.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

FAINGUELERNT, M. B. A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 247-266, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/ThnyR8RrxcBNSqVGKKxqqP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2017**. Edição especial 2018. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

FOUCAULT, M. El polvo y la nube. In: LEONARD, J. **La imposible prisión**: debate con Michel Foucault. Barcelona: Anagrama, 1982. p. 37-53.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 5. ed. Petrópolis: Vozes,

1987.

GRISOTTI, M. A construção de relações de causalidade em saúde no contexto da Hidrelétrica de Belo Monte. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 291-310, abr./jun. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/CNMxmYxNN8RFZCptDkFjpdD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2023.

HERCULANO, V. G. O domínio das facções criminosas nos presídios brasileiros e o caso da chacina de Altamira/PA como reflexo dessa realidade. **A visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional brasileiro**, Brasília, n. 4, p. 121-136, 2020. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1gU9X7YjdoPW2YGnFcU2VhGrqCOHIDCrz/view?pli=1>. Acesso em: 10 abr. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP. Fórum Brasileiro de SEGURANÇA pública. **Atlas da violência 2019**. Brasília, 2019a. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2019**: retratos dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9489/1/Atlas_da_violencia_2019_municipios.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ISA. instituto socioambiental. **Dossiê Belo Monte**: Não há condições para a Licença de Operação. Jun. 2015. Disponível em:

https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/31046_20150701_170921.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

KING, G; KEOHANE, R. O; VERBA, S. Designing Social Inquiry: Scientific Inference in **Qualitative Research**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

LACERDA, R. C; ROCHA, L. F. da. Fazer Viver e Deixar Morrer: os mecanismos de controle do biopoder segundo Michel Foucault. **kínesis**, vol. x, nº 22, julho 2018, p.148-163 Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/8069>. Acesso em: 18 set. 2023. DOI: <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2018.v10n22.15.p148>.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, Estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MORAIS, R. F. **O extermínio da juventude negra**: uma análise sobre os “discursos que matam”. Rio de Janeiro: Revan, 2019.

NORTE ENERGIA S.A. **Andamento do Projeto Básico Ambiental**: Anexo 7.4-1: Análise dos Indicadores. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br>. Acesso: 15 ago. 2023.

GOV. Portal da Transparência do Governo Federal. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso: 15 ago. 2023.

REIS, J. F. G; SOUZA, J. L. C. de. Grandes projetos na Amazônia: a hidrelétrica de Belo Monte e seus efeitos na segurança pública. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 215-230, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7730/6383>. Acesso em: 20 mai. 2024.

SANTOS, T; SANTOS, L; ALBUQUERQUE, R; CORRÊA, E. Belo Monte: Impactos sociais, ambientais, econômicos e políticos. Tendencias: **Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas**, Vol.13, nº 2, p. 214-227. 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/4241061.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2024.

SEGUP/PA. **Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará**. Disponível em: <https://www.segup.pa.gov.br/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

WAISELFISZ, J. J. Educação: blindagem contra a violência homicida Recife: **Flacso**, 2016. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2016/07/educ_blindagem2.pdf. Acesso em: 20 mai. 2024.